

Guaraciaba  
Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

*Rio de Janeiro - RJ*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</li><li>– a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e</li><li>– a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

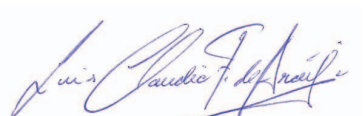
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	136.191	34.364
Contas a receber	9	10.213	6.126
Impostos a recuperar		1.518	760
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		292	365
Ativo de Contrato	10	72.794	68.889
Outros ativos		8.685	3.081
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>229.693</b>	<b>113.585</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa Restrito	11	15.684	16.678
Ativo de Contrato	10	1.209.835	1.223.403
Imobilizado		29	67
Intangível		95	95
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.225.643</b>	<b>1.240.243</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.455.336</b>	<b>1.353.828</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	9.628	8.291
Impostos e contribuições sociais	13	2.597	2.481
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	4.035	-
Empréstimos e financiamentos	14	18.094	32.627
Debêntures	15	9.856	-
Salários e encargos		312	257
Dividendos a pagar	18.c	32.387	23.555
Encargos setoriais		1.110	526
Outros passivos		1.682	4.082
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>79.701</b>	<b>71.819</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	375.932	388.806
Debêntures	15	106.193	-
Passivo contingente	16	5.395	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	41.091	39.487
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>528.611</b>	<b>428.293</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	803.832	803.832
Reserva legal		5.131	3.271
Dividendos adicionais propostos		-	46.613
Reserva de retenção de lucros		38.061	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>847.024</b>	<b>853.716</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.455.336</b>	<b>1.353.828</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	19	128.802	148.220
Custo de construção		(901)	(22.783)
Gastos operacionais		(8.520)	(2.103)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(9.867)</u>	<u>(4.097)</u>
<b>Lucro bruto</b>		109.514	119.237
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal		(2.493)	(2.586)
Serviços de terceiros		(5.040)	(2.640)
Outros		<u>(452)</u>	<u>1.063</u>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<u>101.529</u>	<u>115.074</u>
Receitas financeiras	20	3.845	2.189
Despesas financeiras	20	<u>(38.881)</u>	<u>(39.169)</u>
<b>Resultado financeiro (líquido)</b>		(35.036)	(36.980)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>66.493</u>	<u>78.094</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	17	(29.300)	(26.303)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>37.193</u></u>	<u><u>51.791</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	37.193	51.791
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>37.193</u></b>	<b><u>51.791</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais propostos	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>803.832</b>	<b>681</b>	<b>9.712</b>	-	-	<b>814.225</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.791	51.791
Reserva legal	-	2.590	-	-	(2.590)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.300)	(12.300)
Dividendos adicionais propostos	-	-	36.901	-	(36.901)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>803.832</b>	<b>3.271</b>	<b>46.613</b>	-	-	<b>853.716</b>
Ajuste da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	(35.051)	(35.051)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>803.832</b>	<b>3.271</b>	<b>46.613</b>	-	<b>(35.051)</b>	<b>818.665</b>
Reclassificação de dividendos adicionais propostos	-	-	(46.613)	46.613	-	-
Compensação de reservas	-	-	-	(35.051)	35.051	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.193	37.193
Reserva legal	-	1.860	-	-	(1.860)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.834)	(8.834)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	26.499	(26.499)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>803.832</b>	<b>5.131</b>	<b>-</b>	<b>38.061</b>	<b>-</b>	<b>847.024</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	66.493	78.094
<b>Ajuste para:</b>	-	-
Valorização do ativo de contrato	(95.380)	(113.871)
Depreciação	42	53
Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	35.230	36.995
<b>(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Adiantamento a fornecedores	(2.491)	-
Contas a receber	(4.087)	3.516
Impostos a recuperar	(758)	344
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	73	-
Outros ativos	(3.113)	417
Ativo de contrato	52.872	60.303
Fornecedores	1.337	(5.338)
Impostos e contribuições sociais	833	(679)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.030)	-
Salários e encargos	55	(153)
Encargos setoriais	583	(369)
Passivo contingente	5.395	-
Outros passivos	(2.400)	2.257
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>52.654</b>	<b>61.569</b>
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(34.595)	(29.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(4.329)	-
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>13.731</b>	<b>32.527</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Caixa Restrito	994	(16.678)
Ativo de contrato	(901)	(22.783)
Baixa de imobilizado	(4)	(6)
Baixa de intangível	-	(6)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>89</b>	<b>(39.473)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	118.000	51.638
Pagamento de empréstimos e debêntures	(29.993)	(26.612)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>88.007</b>	<b>25.026</b>
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>101.827</b>	<b>18.080</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	34.364	16.284
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	136.191	34.364
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>101.827</b>	<b>18.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

#### **a. Da concessão**

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kVRibeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Em setembro de 2016 a Cia. recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP em R\$ 92.726 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (R\$ 89.858 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018).

**b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

**c. Licenciamento Ambiental**

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

## **2 Base de preparação**

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do pronunciamento CPC 47, a qual fornece orientações sobre a contabilização de contratos de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo de contrato.
- Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da Receita Anual Permitida (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em Contrato de Concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Ativo de contrato e remuneração do ativo de contrato**

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo de contrato do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

**b. Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

**c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

**d. Margem, receita e custo de construção**

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

**e. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**f. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **(i) Adoção do CPC 47**

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47.

A norma requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, a Companhia tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

<b>Em R\$ mil</b>	<b>Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Ativo contratual	(53.071)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	18.020
 Impacto em 1º de janeiro de 2018	 <b><u>35.051</u></b>



As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>2018</b>	<b>Ref.</b>	<b>Ajustes de adoção novas práticas</b>	<b>2018 (Sem impacto CPC 47)</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Ativo de contrato	72.794	(a)	1.489	71.305
Demais ativos não impactados	<u>156.899</u>		<u>-</u>	<u>156.899</u>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b><u>229.693</u></b>		<b><u>(1.489)</u></b>	<b><u>228.204</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Ativo de contrato	1.209.835	(a)	(46.951)	1.256.786
Demais ativos não impactados	<u>15.808</u>		<u>-</u>	<u>15.808</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>1.225.643</u></b>		<b><u>(46.951)</u></b>	<b><u>1.272.594</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>1.455.336</u></b>		<b><u>45.462</u></b>	<b><u>1.500.798</u></b>
<b>Passivo circulante</b>				
Impostos e contribuições	6.632	(b)	3.527	3.105
Dividendos a pagar	32.387	(c)	1.429	30.958
Demais passivos não impactados	<u>40682</u>		<u>-</u>	<u>40682</u>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>79.701</u></b>		<b><u>4.956</u></b>	<b><u>74.545</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.091	(b)	(22.368)	63.459
Demais passivos não impactados	<u>487.520</u>		<u>-</u>	<u>487.520</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b><u>528.611</u></b>		<b><u>(22.368)</u></b>	<b><u>550.979</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Reserva legal	5.131	(d)	422	4.709
Reserva retencao de lucros	<u>38.061</u>	(d)	<u>(28.472)</u>	<u>66.533</u>
Demais passivos não impactados	<u>803.832</u>		<u>-</u>	<u>803.832</u>
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b><u>847.024</u></b>		<b><u>(28.050)</u></b>	<b><u>875.074</u></b>
<b>Total do passivo e do Patrimônio líquido</b>	<b><u>1.455.336</u></b>		<b><u>45.462</u></b>	<b><u>1.500.798</u></b>

- (a) Implementação do CPC47 que define o ativo da concessão como ativo contratual
- (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual
- (c) Impacto sobre os dividendos na adoção do ativo contratual
- (d) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

Os impactos da adoção do na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

<b>Demonstração do resultado do exercício</b>	<b>2018</b>	<b>Ref.</b>	<b>Ajustes de adoção novas práticas</b>	<b>2018 (Sem impacto CPC 47)</b>
Receita líquida	128.802	<b>(a)</b>	7.608	121.194
IR/CSLL corrente e diferido	(29.300)	<b>(b)</b>	822	(30.122)
Demais itens não impactados	(62.309)		-	(62.309)
	<u><b>37.193</b></u>		<u><b>8.430</b></u>	<u><b>28.763</b></u>

- (a) Implementação do CPC47 que define o ativo da concessão como ativo contratual
- (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual e contratual e outros ajustes imateriais sobre apuração dos impostos

**(ii) CPC 48 Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que não foram aplicadas à informação comparativa.

**(iii) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48, veja Nota 7 (Principais políticas contábeis)

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	<u>CPC 38</u>	<u>CPC 48</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Debêntures	Custo amoritzado	Outros passivos finaceiros

**(iv) Transição**

A companhia optou por não aplicar as mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 retrospectivamente.

A companhia não apresentou operações de hedge nos exercícios de 2017 e 2018.

A Companhia optou por não rerepresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Portanto, os períodos comparativos não foram rerepresentados.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

**(v) Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

**a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis

para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil

A Companhia efetuou uma análise preliminar de todos os contratos que podem ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), os contratos são de valores baixos e não terão impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

**(vi) Transição**

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2), se houver, será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

**b. Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

**6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **7.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### **7.2 Ativo de contrato**

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo de contrato.

### **7.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

### **7.4 Outros ativos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

### **7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **7.6 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

#### **7.7 Receita e custo de construção**

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

#### **7.8 Receita de remuneração do ativo de contrato**

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

#### **7.9 Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

#### **7.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

#### **7.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures**

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

#### **7.12 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

##### **7.12.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 7.12.2 **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

### 7.13 **Encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

### 7.14 **Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

#### a. **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

**c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos conta movimento	13.063	3.065
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	3.561	-
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	4.232	31.299
Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco	115.335	-
	<u>136.191</u>	<u>34.364</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 9 Contas a receber

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Vencidos acima de 90 dias	191	26
Vencidos de 61 a 90 dias	8	1
Vencidos até 60 dias	1.477	58
A vencer	8.537	6.041
	10.213	6.126

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

## 10 Ativo de contrato

	<b>31/12/2017</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Receita de remuneração</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>Ajuste CPC 47 (Nota 5)</b>	<b>31/12/2018</b>
Ativo de contrato	1.292.292	902	90.118	(55.221)	(45.462)	1.282.629
Circulante	68.889	-	-	-	-	72.794
Não circulante	1.223.403	-	-	-	-	1.209.835

	<b>31/12/2016</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Receita de remuneração</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativo de contrato	1.215.942	22.783	113.871	(60.304)	1.292.292
Circulante	76.536	-	-	-	68.889
Não circulante	1.139.406	-	-	-	1.223.403

## 11 Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

## 12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	410	-
China Eprri Sciense & Technology Co.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	132	441
Nari Group Corporation	1.146	-
Outros	363	273
	<u>9.628</u>	<u>8.291</u>

## 13 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.035	-
Imposto de renda retido na fonte	389	466
Contribuição social	208	251
Pis/Cofins/CSLL	75	77
Pis/Pasep	118	96
Cofins	549	443
INSS retido a recolher	796	938
ISS	462	210
	<u>6.632</u>	<u>2.481</u>

## 14 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2018
BNDES - SUBCRÉDITO A	404.394	-	34.117	(31.273)	(29.141)	378.097
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.039	-	1.377	(1.635)	(852)	15.929
	<u>421.433</u>	<u>-</u>	<u>35.494</u>	<u>(32.908)</u>	<u>(29.993)</u>	<u>394.026</u>

	31/12/2016	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2017
BNDES - SUBCRÉDITO A	370.534	51.638	35.454	(27.804)	(25.428)	404.394
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.921	-	1.541	(1.239)	(1.184)	17.039
	<u>388.455</u>	<u>51.638</u>	<u>36.995</u>	<u>(29.043)</u>	<u>(26.612)</u>	<u>421.433</u>

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	18.094	32.627
Não circulante	<u>375.932</u>	<u>388.806</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

#### **Subcrédito “A”**

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

#### **Subcrédito “B”**

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

#### **Subcrédito “C”**

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

- Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	32.284	32.284	32.284	32.284	231.942	361.078
BNDES Subcrédito B	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>9.414</u>	<u>14.854</u>
	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>241.356</u>	<u>375.932</u>

- Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2012	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	30.787	30.787	30.787	30.787	249.916	373.064
BNDES Subcrédito B	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>10.554</u>	<u>15.742</u>
	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>260.470</u>	<u>388.806</u>

### **Cláusulas restritivas (Covenants)**

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

### **Principais cláusulas restritivas do BNDES**

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

## **15 Debêntures**

A Companhia emitiu debentures no valor de R\$ 118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais) em julho de 2018, tendo sua efetiva liquidação em 03 de outubro de 2018.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/07/2018
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/12/2030

- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

Movimentação das debêntures:

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Amortização custo de transação	31/12/2018
DEBÊNTURES	-	118.000	2.536	(1.687)	-	118.849
CUSTO DE TRANSAÇÃO	-	(2.852)	-	-	52	(2.800)
	<u>-</u>	<u>115.148</u>	<u>2.536</u>	<u>(1.687)</u>	<u>52</u>	<u>116.049</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante	9.856	-
Passivo não circulante	106.193	-
	<u>116.049</u>	<u>-</u>

- Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento das Debentures está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	9.856	9.856	9.856	9.856	66.769	106.193
	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>66.769</u>	<u>106.193</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

## 16 Passivo contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, e (b) Servidões Administrativas, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta

condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Trabalhistas (a)	451	-
Servidões (b)	4.944	-
	5.395	-

As contingências possíveis estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas	2.181
Servidões	5.024
Cíveis	5
	7.210

## 17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

### Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

#### Base de cálculo

<b>Rendimento do ativo de contrato acumulado em 31/12/2018</b>		405.733
Imposto de renda	25%	101.434
Contribuição social	9%	36.516
Amortização		(24.246)

**Saldo em 31/12/2018** **113.704**

**Saldo em 31/12/2017** **113.907**

### Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

#### Base cálculo

<b>Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2018</b>		221.104
Imposto de renda	25%	55.276
Copensação		(1.900)

**Saldo em 31/12/2018** 53.376

**Base negativa em 31/12/2018** 221.365  
Contribuição social 9% 19.923

**Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos**

Compensação	(686)
Saldo em 31/12/2018	19.237
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>72.613</b>
<b>Saldo de 31/12/2017</b>	<b>74.420</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	
<b>31/12/2018</b>	<b>41.091</b>
<b>31/12/2017</b>	<b>39.487</b>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Efeito no resultado</b>		
<b>Imposto de renda e csll diferidos</b>		
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>66.493</b>	<b>78.094</b>
Adições permanentes ao resultado	56.694	21.282
Exclusões temporárias ao resultado	(97.761)	(113.871)
<b>Lucro real</b>	<b>25.426</b>	<b>(14.495)</b>
Imposto de renda diferido	25% 23.821	28.444
Contribuição social diferida	9% 8.584	10.248
Amortização	(14.588)	(12.389)
Total Diferido	<b>17.818</b>	<b>26.303</b>
<b>Alíquota efetiva</b>		
Imposto de renda	<b>36%</b>	<b>32%</b>
Contribuição social	<b>13%</b>	<b>11%</b>
<b>Imposto de renda e csll corrente</b>		
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>66.493</b>	<b>78.094</b>
Adições permanentes ao resultado	65.112	45.920
Exclusões temporárias ao resultado	(97.761)	(218.902)
<b>Lucro real</b>	<b>33.844</b>	<b>(94.888)</b>
Imposto de renda corrente	25% 8.437	-
contribuição social corrente	9% 3.045	-
Total imposto de renda e contribuição social correntes	<b>11.482</b>	-
<b>Alíquota efetiva</b>		
Imposto de renda	17% -	0%
Contribuição social	5% -	0%
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>	<b>29.300</b>	<b>26.303</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos impostos diferidos foi ajustado de acordo com a adoção de nova prática contábil que, anteriormente, era pelo ICPC 01, passando para o CPC 47.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 803.832 dividido em 803.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<b>31/12/2018 e</b>	<b>31/12/2017</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475	
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>393.877.828</u>	
	<u><u>803.832.303</u></u>	

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

### c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício	37.193	51.791
Base de cálculo para reserva legal	37.193	51.791
Reserva Legal (5%)	1.860	2.590
Base de cálculo para dividendos	35.333	49.201
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.834	12.300
Reserva de retenção de lucros	26.499	36.901

## 19 Receita operacional líquida

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receita de construção	863	22.783
Remuneração do ativo de contrato (a)	95.380	113.871
Receita de operação e manutenção	<u>44.412</u>	<u>19.608</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b><u>140.655</u></b>	<b><u>156.262</u></b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
Encargos setoriais	(2.834)	(418)
PIS	(1.609)	(1.360)
COFINS	(7.410)	(6.264)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u><u>128.802</u></u></b>	<b><u><u>148.220</u></u></b>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da receita operacional líquida foi ajustado de acordo com a adoção de nova prática contábil que, anteriormente, era pelo ICPC 01, passando para o CPC 47.

(a) Saldo de 31/12/2018, impactado pela adoção da prática contábil de acordo com o CPC 47.



O CP47 introduziu o conceito da avaliação do projeto considerando as premissas financeiras e operacionais existentes no início do contrato, e as variações de performance e ganhos são registradas por consequência no resultado do exercício, desta forma a remuneração do contrato de concessão considera a taxa inicial até o fim do contrato. O ICPC01 (R2) adota a premissa de atualização financeira com base na revisão constante da taxa interna de retorno do projeto. Como a Companhia adotou até 31 de dezembro de 2017 os princípios do pronunciamento ICPC 01, e, passou a adoção ao CPC 47 em 01 de janeiro de 2018, ocorreu uma redução na apuração da receita do contrato neste exercício.

## 20 Receitas e (despesas) financeiras

<b>Receitas financeiras</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.934	2.141
Variações monetárias	55	47
Outras receitas financeiras	64	107
Pis	(30)	(15)
Cofins	(178)	(91)
	<u>3.845</u>	<u>2.189</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(38.031)	(36.282)
Juros e multas	(136)	(1.110)
Outras despesas financeiras	(714)	(1.777)
	<u>(38.881)</u>	<u>(39.169)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(35.036)</u>	<u>(36.980)</u>

## 21 Transações com partes relacionadas

### 21.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos Administradores foi de R\$1.074 (R\$ 637 em 31 de dezembro de 2017).

### 21.2 Operações comerciais

<b>Partes relacionadas</b>	<b>Natureza contábil</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Resultado (Despesas)</b>				
State Grid Brasil Holding - Aluguel Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custos administrativos	Aluguel	307	195
	Custo operacional	Custo de O&M	5.927	4.380
			<u>6.234</u>	<u>4.575</u>

## 22 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

#### a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	136.191	34.364
Conta a receber	10.213	6.126
Caixa restrito	15.684	16.678
	<u>162.088</u>	<u>57.168</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a Receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular

a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. *Risco de mercado***

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDB-DI	123.129	31.299
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	-	16.678

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

***Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	123.129	Queda da taxa CDI	8.927	6.698	4.457
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	394.026	Alta da taxa TJLP	25.888	32.350	38.831
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,855%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação as Debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	116.049	Alta da taxa IPCA	4.654	5.814	6.980
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,015%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando IPCA estimado de 4,01%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

**c. *Riscos operacionais***

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
- Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

### *Categorias de instrumentos financeiros*

#### **Ativos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa  
Caixa restrito  
Contas a Receber

#### **Categoria**

Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado

#### **Passivos financeiros**

Fornecedores  
Empréstimos e financiamentos  
Debêntures

Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

### *Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

### *Hierarquia do valor justo*

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

### *Gerenciamento do capital*

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	30/04/2018	30/04/2019	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Risco Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001307
Riscos Operacionais	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 82.532	046692018100101180000860
Responsabilidade Civil	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 10.000	046692018100103510003895

## 24 Eventos Subsequentes

Em 3 de dezembro de 2018, seguindo os procedimentos previstos na Lei das S/A a Guaraciaba efetuou a publicação de seu Ato Societário realizado em 22 de outubro de 2018 no qual delibera sobre a redução de capital social da Companhia de R\$803.832.303,20 (oitocentos e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) para R\$733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos), ato societário que fora registrado na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370, e a respectiva devolução proporcional do montante aos acionistas realizado em 08/02/2019.